

**PREFEITURA DE CARAPICUÍBA
PREÂMBULO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2652/2026**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE
LOCAÇÃO DO WEBSITE DA PREFEITURA DE CARAPICUÍBA.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 17/06/2026 às 08h00min ATÉ 02/07/2026 às 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 02/07/2026 às 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Observando o prazo legal, o licitante poderá formular consultas e esclarecimentos exclusivamente na plataforma eletrônica: <https://bllcompras.com/>.

*Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

A Prefeitura de Carapicuíba, por intermédio do (a) Pregoeiro (a) e dos membros da equipe de apoio designados pela Portaria nº 2.352, de 19 de agosto de 2025, com sede na Rua Joaquim das Neves, 211 – Vila Caldas, Carapicuíba/SP - CEP: 06310-030, torna público para conhecimento de todos os interessados a licitação na modalidade **PREGÃO** na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, sob critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, com modo de disputa “ABERTO”, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e de regulamentação Federal e suas alterações, em atendimento da Secretaria de Administração Geral.

Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO III – Quantitativo e valor estimado;

ANEXO IV – Modelo de declaração conjunta;

ANEXO V – Modelo de proposta;

ANEXO VI – Minuta de Contrato;

ANEXO VII – Modelo de declaração de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte nos termos do art. 3º da lei complementar nº. 123/06 e art. 4º da lei 14.133/21.

ANEXO VIII – Termo de Ciência e Notificação;

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa prestadora de serviço de locação do website da Prefeitura de Carapicuíba, em atendimento a Secretaria de Administração Geral e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. INFORMAÇÕES E ELEMENTOS ESCLARECEDORES DA LICITAÇÃO

2.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva por meio de lances enviados pelos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, pela rede mundial de computadores (Internet).

2.2. A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro (a) nomeada por esta Administração Pública.

2.3. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos na plataforma eletrônica Bolsa de Licitações do Brasil-BLL COMPRAS, disponível no endereço: <https://bll.org.br/cadastro-para-fornecedores/> para acesso ao sistema eletrônico e operacionalização.

2.4. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no sistema, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.5. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa do certame.

2.6. Em caso de dúvida de como proceder para acessar, realizar o upload, anexar documentos e operar o sistema eletrônico, o fornecedor deve fazer uso dos canais de atendimento do provedor do sistema eletrônico disponíveis em: <https://bll.org.br/>, e no endereço eletrônico contato@bll.org.br ou pelo telefone (41) 3097-4600.

2.7. O licitante apto a participar do certame deverá confirmar, em campo específico do

sistema durante o envio das propostas iniciais, que cumprirá plenamente os requisitos de habilitação contidos nesse edital.

2.8. Ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no Pregão, o licitante terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação, nos valores e condições do referido lance. Após o Pregoeiro (a), conjuntamente com a equipe de apoio, darão seqüência ao processo de Pregão.

2.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove recebimento.

2.10. O interessado poderá ler e obter o texto integral deste Edital e seus Anexos, bem como elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do seu objeto acessando o site: <https://bllcompras.com/>, no site da Prefeitura: <http://www.carapicuiiba.sp.gov.br>, e no Portal Nacional de Compras Publicas - PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

2.11. Os pedidos de esclarecimento de dúvidas e impugnação com relação ao Edital deverão ser encaminhados por escrito até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data de abertura das propostas por meio de site Eletrônico, **exclusivamente**, através de acesso na plataforma eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil-BLL, pelo site <https://bllcompras.com/>.

2.12. Os questionamentos e/ou pedidos de esclarecimentos, enviados fora do local e/ou prazo estipulado neste edital, não serão conhecidos.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação empresas, interessadas, do ramo pertinente ao objeto da contratação, autorizadas na forma da lei que atendam às exigências da habilitação.

3.2. DOS CONSÓRCIOS

3.2.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio:

3.2.2. Os CONSÓRCIOS deverão atender ao disposto no art. 15. da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, ficando ainda condicionada sua participação ao cumprimento dos seguintes requisitos:

(a) Cada CONSORCIADO deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, nos termos deste EDITAL;

(b) Não será permitida a participação de um mesmo LICITANTE como CONSORCIADO em mais de um CONSÓRCIO;

(c) Somente se admitirá a participação de sociedades CONTROLADAS, CONTROLADORAS ou sob CONTROLE comum de um mesmo LICITANTE, quando estiverem no mesmo CONSÓRCIO.

3.2.3. No CONSÓRCIO de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, nos termos do art. 15, § V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2.4. Não há número mínimo ou máximo de CONSORCIADOS para cada CONSÓRCIO.

3.2.5. Não serão admitidas a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão dos CONSORCIADOS até a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, a partir do qual deverão ser observadas as regras de transferência da CONCESSÃO e de transferência do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO.

3.2.6. A desclassificação ou a inabilitação de qualquer CONSORCIADO acarretará a desclassificação ou a inabilitação automática do CONSÓRCIO.

3.2.7. As exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo CONSÓRCIO, por intermédio de qualquer dos CONSORCIADOS, isoladamente, ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelos CONSORCIADOS.

3.2.8. Os integrantes do CONSÓRCIO serão solidariamente responsáveis, perante a PODER CONCEDENTE, pelos atos praticados durante a LICITAÇÃO.

3.2.9. A responsabilidade solidária dos CONSORCIADOS cessará, para fins das obrigações assumidas em virtude da presente LICITAÇÃO, após a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO.

3.3. SERÁ VEDADA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO QUANDO:

3.4. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5. Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei n. 14.133/2021;

3.6. Organizados em Cooperativa, que não atenderem às prescrições artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.7. Autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou

jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8. A vedação de que trata este subitem estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Que sejam empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.11. A critério da administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.15 e 3.16 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. O disposto nos itens 3.15 e 3.16 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

3.13. Que sejam pessoas, física ou jurídica, que se encontrem, ao tempo da licitação, impossibilitadas de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.14. O impedimento de que trata este subitem será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.15. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação.

3.16. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.17. Que sejam pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação

do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.18. Que sejam agentes públicos do órgão ou entidade licitante;

3.19. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da lei nº 14.133, de 2021;

3.20. Que sejam empresas estrangeiras não autorizadas a comercializar no país;

3.21. Que sejam organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), atuando nessa condição;

3.22. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a administração pública.

3.23. Que estejam suspensas temporariamente de participar em licitações e impedidas de contratar com a administração pública de Carapicuíba, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

3.24. Cujo estatuto ou contrato social não inclua dentre os objetivos sociais, atividades compatíveis com o objeto do certame.

3.25. Que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

3.26. A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

3.27. A contratação de empresa pertencente a parente de servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pela administração, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

3.28. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de

serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.29. Que sejam servidores públicos ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da administração pública estadual direta ou indireta;

3.30. Que sejam empresas sob a aplicação das penalidades contidas nos incisos III e IV, do Art. 156, Lei n. 14.133/2021;

3.31. Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

3.32. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

3.33. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da lei nº 14.133/2021.

3.34. A participação na licitação implica automaticamente a aceitação integral dos termos deste edital e seus anexos e legislação aplicável.

3.35. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação e neste edital.

4 DEVERÁ O LICITANTE VENCEDOR APRESENTAR APÓS O ENCERRAMENTO DA DISPUTA DE LANCES A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO QUE CONSISTIRÁ EM:

4.1. O licitante deverá apresentar os documentos relativos à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas seguintes condições:

4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

4.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;

4.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.1.4. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital.

4.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.2. Declarações conjuntas (ANEXO IV).

a) Declaração de está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório; (ANEXO IV).

b) Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso V, do art. 68, da Lei 14.133, 1 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999; (ANEXO IV).

c) Cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme orientado pelo art. 92, inciso XVII da Lei 14.133, de 2021. (ANEXO IV).

d) Não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública de Carapicuíba e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021. (ANEXO IV).

e) Não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis; (ANEXO IV).

f) Está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital; (ANEXO IV).

g) É responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico ou presencialmente, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis. (ANEXO IV).

4.2.1. Para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), deverá ser apresentada declaração de enquadramento como microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e Art. 4º da Lei nº 14.133/2021 (ANEXO VII).

4.3. Documentação relativa à qualificação técnica consiste em:

4.3.1 Comprovação de aptidão para realização do objeto da presente licitação, através de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a empresa tenha executado serviço(s) similar(es), pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação sem exigência de quantitativo mínimo, incluindo Informações de pelo menos 3 links de trabalhos já realizados, de preferência de clientes conceituados.

4.3.2 Currículo de formação do responsável técnico na criação do Website.

4.4. Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consiste em:

4.4.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

4.4.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

4.4.3. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos emitida pela Fazenda do Estado, sede da licitante, devendo compreender os Débitos Inscritos na Dívida Ativa.

4.4.4. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, emitida pela Prefeitura da cidade da sede da licitante.

4.4.5. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço do “CRF” – Certificado de Regularidade Fiscal expedido pela Caixa Econômica Federal, dentro de seu prazo de validade;

4.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-Ada Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

a) Serão aceitas certidões positivas, com efeito de negativas, na forma da lei, ou documento equivalente.

b) As certidões extraídas da Internet, deverão ser apresentadas no original, as demais poderão ser apresentadas no original ou em cópia autenticada.

4.4.7. A licitante deverá ter representante residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

4.5. Documentação relativa à qualificação econômico-financeira consiste em:

4.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de expedição contida na certidão.

4.5.2. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

4.5.3. Prova de Capital Social ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10 % do valor total estimado da licitação, para 12 (doze) meses.

5. DOS PROCEDIMENTOS

5.1. O licitante deverá registrar sua proposta inicial até a data e horário definido no preâmbulo deste Edital, constando especificação clara, completa e detalhada do serviço ofertado, sob pena de desclassificação, conforme padrão definido neste Edital;

5.1.1. O(s) arquivo(s) da proposta e a documentação deverá (ão) ser enviado (s) exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço: <https://bilcompras.com/>. no(s) campo(s) indicado(s) sem exigência de formato ou tamanho de arquivo.

5.1.2. Os documentos e proposta comercial devem ser anexados **após** a fase de lances, e, havendo divergência entre as informações constantes, é facultada a realização de diligências pelo Pregoeiro, não podendo haver, entretanto, alteração da marca e/ou referência informados, prevalecendo aquelas inseridas nas “Condições do Proponente” e/ou “Informações Adicionais”.

5.1.3. A Pregoeiro (a) desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, bem como as que ofertarem preços e lances manifestadamente inexequíveis.

5.1.4. Após a classificação das propostas para participação na etapa da disputa de preços, a Pregoeiro (a) dará sequência ao processo de Pregão comunicando, na data e horário definidos neste Edital, os licitantes classificados.

5.1.5. O julgamento das propostas será feito pelo VALOR GLOBAL do lote.

5.1.6. O valor inicial dos lances corresponderá ao menor preço ofertado na etapa de abertura das propostas.

5.1.7. No caso de nenhum licitante ofertar lance na etapa de disputa de preços, será considerado vencedor o que apresentar menor preço para o item na etapa anterior, sendo facultado o Pregoeiro (a) decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

5.1.8. A etapa de disputa de preços (lances) divide-se em:

A. A etapa de envio de lances na seção pública durará 10 minutos e após isso será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos do período de duração da sessão pública;

B. O valor mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de R\$ 0,01

5.1.9. Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação, preço inexequível, o licitante terá o prazo de até 15(quinze) segundos para corrigir seu próprio lance, após, este período, o licitante deverá solicitar o cancelamento ao Pregoeiro (a), que emitirá um aviso e justificará o motivo da exclusão do lance do licitante.

5.1.10. Ao final da etapa de disputa de preços, após a declaração de vencedor, será aberto prazo para o licitante manifestar o desejo à incursão de recursos. A falta de manifestação imediata e motivada de licitante importará a decadência do direito ao recurso.

5.1.11. O recurso deverá ser encaminhado por escrito, em até 03 (três) dias úteis, conforme o item 17 e seguintes deste Edital. O envio de recurso fora deste prazo não será considerado e o objeto da licitação adjudicado, pelo Pregoeiro (a), ao vencedor.

5.1.12. Após o julgamento dos eventuais recursos ao Pregoeiro (a) irá anexar, exclusivamente, na plataforma eletrônica: <https://bllcompras.com/> o resultado da análise.

5.1.13. O processo licitatório findo será encaminhado a Autoridade Competente para a respectiva homologação.

6. DA ABERTURA

6.1. A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, conforme datas e horários estabelecidos no preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

6.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado os licitantes serão imediatamente informados de seu recebimento, horário e registro de valores.

6.3. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

6.4. Serão aceitos todos os lances registrados no sistema, independente da classificação.

6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo o registrado em primeiro lugar.

6.6. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

6.7. O sistema eletrônico anunciará por meio de aviso, o iminente encerramento do tempo para recebimento dos lances.

6.8. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, ou da decisão pelo Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor, ou quando for o caso, após a negociação.

6.9. Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro (a) deverá decidir sobre aceitação da proposta de menor preço e poderá negociar melhor valor com o proponente que tenha ofertado o menor lance.

6.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável face às condições previstas neste Edital, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as demais propostas ou os lances, observando a ordem de classificação e verificará a aceitabilidade das mesmas e a habilitação do participante, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro (a) poderá negociar com o participante para que seja obtido o melhor preço.

6.11. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta o lance de menor preço.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. Para o julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, observados os valores estimados previstos nos itens do ANEXO III deste Edital, as especificações técnicas mínimas e demais condições previstas neste instrumento.

7.2. Serão desclassificadas as propostas:

7.2.1. Que não atendam às exigências formais e materiais previstas neste edital;

7.2.2. Inexequíveis, ou seja, aquelas que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto (art. 74, da Lei nº 14133 / 2021); e,

7.2.3. Que apresentarem, após superadas a disputa de lances e a negociação, preço superior ao máximo informado no Anexo I - Especificação do objeto e quantitativos e **orçamento estimado**, para o período de 36 (trinta e seis) meses.

7.3. A decisão motivada de desclassificação será proferida e registrada no sistema em tempo real.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

8.1. A proposta comercial e todos os documentos relativos à habilitação, originais ou assinatura digital, relacionadas neste Edital, após a fase de disputa, deverão ser remetidos exclusivamente pelo sistema eletrônico, através do acesso à plataforma Bolsa de Licitações do Brasil, pelo endereço <https://bllcompras.com/>, **no prazo máximo de até 2 (duas) horas após a empresa ser declarada arrematante**, podendo ser prorrogada por igual período mediante solicitação justificada do licitante e devidamente aceita pelo pregoeiro.

8.2. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos acima estabelecidos acarretará na inabilitação da empresa e nas sanções previstas no item 15 com base na Lei vigente.

8.3. Constatando o atendimento das exigências fixadas no edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço. Divulgado o vencedor, os demais licitantes serão informados pelo pregoeiro, que terão o prazo de até 30 (trinta) minutos para manifestarem a intenção motivada de interpor recurso, utilizando para tanto,

exclusivamente campo próprio disponibilizado no sistema, e para protocolar o recurso e contrarrazões seguir o item 17 deste edital.

8.4. Deverá ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação, Proposta de Preços – modelo sugerido no ANEXO V do Edital, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal do licitante vencedor, conforme indicado no próprio formulário (obrigatoriamente em original digitalizado).

9. DA SIMULAÇÃO DO SISTEMA – PROVA DE CONCEITO

9.1. Como condição indispensável para a continuidade da contratação, a contratada deverá apresentar uma Prova de Conceito funcional da ferramenta de gerenciamento de conteúdo, não sendo penalizado quanto aos itens passíveis de desenvolvimento, refletindo as funcionalidades previstas no escopo do projeto.

9.2. A contratada deverá atender no mínimo 95% dos itens, da Prova de Conceito, descritos na tabela abaixo:

Item	1 ESTRUTURA DO SITE	Atende (A)	Não Atende (NA)
1.1	Possui formulário para cadastro de pessoas interessadas em adoção de cães e gatos? (passível de desenvolvimento)		
1.2	Possui formulário para cadastro de pessoas desaparecidas? (obrigatório)		
1.3	Possui configuração de rodapé e redessociais?		
1.4	O sistema é compatível com a estrutura atual do site da Prefeitura em suas categorias e funcionalidades de hospedagem? (passível de desenvolvimento)		
1.5	A solução proporciona condições iniciais básicas de plataformas de gerenciamento de conteúdo para manter e/ou aprimorar os módulos já existentes (Secretarias, Notícias, Licitações, Ouvidoria, Agendamento, Transparência, entre outros), preservando o histórico de dados e a navegabilidade atual, sem perda de informações? (obrigatório)		
1.6	O sistema assegura o desempenho estável e seguro, com suporte a conexões HTTPS, backup automático, controle de logs e proteção contra falhas, garantindo integridade e disponibilidade contínua do portal? (passível de desenvolvimento)		

1.7	A proposta contempla a migração completa e compatível dos dados existentes (notícias, eventos, legislações, hotsites, cadastros de usuários e demais módulos), sem prejuízo de conteúdo, formato ou funcionalidades originais? (passível de desenvolvimento)		
1.8	O sistema permite a criação de categorias para separar departamentos, setores, órgãos e etc? (obrigatório)		
1.9	O sistema permite criação de categorias para separar a modalidade de licitação? (obrigatório)		
1.10	É possível categorizar e filtrar documentos criados na galeria de videos? (passível de desenvolvimento)		
1.11	É possível a definição de tipos de agendamento, definição de locais, envio de e-mail de confirmação e possibilidade de cancelamento? (passível de desenvolvimento)		
1.12	É possível a criação de formulário Dinamicos (com inclusão de texto dinamico programável do e-mail de confirmação e do e-mail resposta)? (obrigatório)		
1.13	Permite criação de categorias para separar tipos de legislações? (obrigatório)		
1.14	Possui sistema de ouvidoria (sistema de manifestação por formulário, de acordo com o tipo: elogio, reclamação, denúncia, etc -, recebimento de confirmação por email.? (obrigatório)		
1.15	Possui a Criação de Hotsites (criação automática de subdomínio, via painel de gerenciamento, do tipo nomedohotsite.carapicuibas.gov.br? (passível de desenvolvimento)		
Item	2 DIÁRIO OFICIAL	Atende (A)	Não Atende (NA)
2.1	O sistema permite a geração automática do Diário Oficial Eletrônico, com layout personalizável (logo/brasão independentes no site, app e PDF)? (passível de desenvolvimento)		
2.2	Possibilita assinatura digital automática com certificado A1, A3 garantindo autenticidade das publicações? (passível de desenvolvimento)		
2.3	O sistema permite pesquisa avançada por termos, assuntos, entidades e datas em todas as edições? (passível de desenvolvimento)		
2.4	O sistema permite visualização preview da edição antes da sua publicação? (passível de desenvolvimento)		

2.5	Possui domínio próprio no formato diário. [domínio] e disponibiliza versão mobile compatível com sistemas Android e IOS sem a necessidade de aplicativos de terceiros para busca e leitura de edições? (passível de desenvolvimento)		
2.6	O sistema permite a definição do horário de geração das edições e extras, com possibilidade de múltiplas edições e agendamentos no mesmo dia? (passível de desenvolvimento)		
2.7	Permite criação de múltiplos usuários com permissões específicas e controle de aprovação das publicações? (passível de desenvolvimento)		
2.8	A plataforma permite adição de documentos completos (cadernos) à edição, com escolha do formato da página (retrato ou paisagem)? (passível de desenvolvimento)		
2.9	Possui layout customizável (cores, cabeçalho, rodapé e capa personalizados), incluindo logomarca e variáveis automáticas (data, nº da edição etc)? (passível de desenvolvimento)		
2.10	Suporta controle de edições extras , com numeração sequencial ou sufixo configurável (letra ou número romano)? (passível de desenvolvimento)		
2.11	Permite edição, publicação e compartilhamento de conteúdos com processo simples e automático de formatação? (passível de desenvolvimento)		
Item	3 “HELP DESK ONLINE ”	Atende (A)	Não Atende (NA)
3.1	Foi apresentado canal de atendimento ao consumidor como pagina de help desk ou similares para solução de problemas técnicos e dúvidas de caráter operacional? (obrigatório)		

9.2.1. Como condição indispensável para a continuidade da contratação, a empresa vencedora deverá agendar, através do e-mail helpdesk.ti@carapicuiiba.sp.gov.br, a apresentação de Prova de Conceito funcional, podendo ser presencial ou de modo remoto/virtual, da ferramenta de gerenciamento de conteúdo, não sendo penalizado quanto aos itens passíveis de desenvolvimento, refletindo as funcionalidades previstas no escopo do projeto.

9.2.2. Os requisitos funcionais contidos nos itens e subitens da prova de conceito serão analisados por técnicos/funcionários da Secretaria requisitante quanto aos aspectos

técnicos e funcionais exigidos no ANEXO I, que no caso de desaprovação, emitirão parecer com as justificativas técnicas da recusa a licitante será desclassificada para o serviço, sendo convocados os licitantes subsequentes.

10. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

10.1. A licitante deverá concluir o site, conforme ANEXO I, devendo estar em pleno funcionamento na Web, com seus novos módulos e adições no máximo até 60 dias após o recebimento da ordem de serviço.

11. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE

11.1. O prazo de execução do contrato terá duração de 36 (trinta e seis) meses a partir do recebimento da ordem de serviço.

11.2. O preço ofertado será fixo e irrevogável durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser reajustado, após 12 (doze) meses pela variação do índice IPCA, do período apurado.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias e após apresentação de nota fiscal, revestida das formalidades legais e embasada na Ordem de Início.

12.2. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja comprovado o cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

12.3. Nenhum pagamento será feito ao licitante vencedor antes de quitada ou relevada à multa que tenha sido aplicada.

12.4. Os valores que não forem pagos no prazo previsto poderão ser acrescidos de compensação financeira de 0,5% ao mês, apurados desde a data prevista para pagamento até a data de sua efetivação, calculados “pró rata” sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura.

13. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. As despesas serão suportadas com os recursos classificados na dotação orçamentária **SAG nº: 94- 06.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.39.01.1100000-** (elemento 39 – serviços de terceiro).

14. DAS OBRIGAÇÕES

14.1. Constituem obrigações do licitante vencedor:

14.1.1. Atender às solicitações feitas pela Secretaria de Administração Geral, de acordo com a metodologia de desenvolvimento, respeitando prazos e condições.

14.1.2. Responsabilizar-se pela execução do serviço nos locais determinados, contemplando todos os custos, tudo de acordo e em pleno atendimento ao descritivo do Anexo I que é parte integrante do Edital, sem ônus para Prefeitura.

14.1.3. O serviço será recebido provisoriamente, pelo representante designado da administração para recebimento, por um período de 03 (três) dias para verificação da conformidade dos serviços com a qualidade, especificações e preço.

14.1.4. No período de carência para recebimento definitivo, o representante da administração poderá solicitar as substituições dos serviços realizados em desacordo com as condições estabelecidas ou, ainda, que apresente variam ou condições impróprias para uso a que se destinam.

14.1.5. A substituição do serviço deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente ao da formal comunicação da ocorrência, sendo que a não efetivação da substituição no prazo assinalado, sem justificção, apresentada pelo fornecedor e aceita pela secretaria requisitante, implicara na aplicação das sanções previstas no item 14 e subitens deste edital.

14.1.6. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos Federais, Estaduais e Municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pela Prefeitura do Município de Carapicuíba.

14.1.7. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de Carapicuíba ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

15. DAS PENALIDADES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

15.2. Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração

ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.4. Der causa à inexecução total do contrato;

15.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.6. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

15.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.9. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

15.10. Advertência, quando a contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

15.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas aos subitens 15.2, 15.3, 15.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

15.12. O atraso na entrega do objeto da licitação sujeitará a Contratada à multa de morade 0,5% (meio por cento) do valor da parcela em atraso, por dia, até o 15º (décimo quinto) dias de atraso, após será considerada inexecução parcial do contrato.

15.13. O não atendimento e observância dos serviços solicitados pela Administração, ou ainda a não realização do serviço ou desacordo com as especificações constante do edital ou em níveis de qualidade inferior ao especificado no contrato sujeitará a Contratada a multa no valor de 10 (dez por cento) do valor constante da Ordem de Serviço, sem prejuízo da complementação de quantidades e/ou substituição do material, e demais sanções aplicáveis.

15.14. Nos casos de reincidência em inadimplemento apenados por 03 (três) vezes no mesmo instrumento contratual ou de ato jurídico análogo, bem como as faltas graves de impliquem a rescisão unilateral do contrato ou instrumento equivalente sujeitará a Contratada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Prefeitura, pelo prazo de até 03 (três) anos.

15.15. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com as sanções de multa.

15.16. Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado ao particular o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.

15.17. As multas são independentes e não eximem a Contratada da plena execução do objeto do contrato.

15.18. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas, serão regidas pela Lei nº 14.133, de 2021 e alterações subsequentes.

15.19. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclua as outras.

15.20. O prazo para pagamento de multas será de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

16. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

16.1. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimento, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, cabendo a Pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação.

16.2. Decairá o direito de impugnar os termos do Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder à data da realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

16.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado a ele pertinente.

16.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, desde que a alteração proferida implique em alteração substancial da proposta.

17. DO RECURSO

17.1. Ao final da fase de disputa, a empresa que desejar recorrer contra decisões do comprador (a) poderá fazê-lo, no prazo de até 30 (trinta) minutos, manifestando sua intenção de recurso logo após a declaração de vencedor, o licitante deverá apresentar, por escrito, razões de recurso em 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões, em igual prazo, que começará a contar do

término do prazo recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.2. A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes em recorrer, importará a decadência do direito ao recurso e a adjudicação do objeto da licitação, pelo (a) Pregoeiro (a), ao vencedor.

17.3. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

17.4. As razões de recurso e as contrarrazões apresentadas deverão ser encaminhadas, diretamente à Departamento de Licitações e Compras, exclusivamente, pelo sítio eletrônico da Bolsa de Licitações do Brasil- BLL, pelo site <https://bllcompras.com/>.

17.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6. Os recursos contra as decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dias de expediente do Município de Carapicuíba.

18.2. É facultada à comissão ou autoridade responsável pelo recebimento do serviço a promoção de diligência ou solicitação de amostra do material utilizado na execução do serviço, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

18.3. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial da presente licitação. A fusão, cisão ou incorporação só será admitida com o consentimento prévio e por escrito do Município.

18.4. O Município poderá revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou a requerimento da parte interessada, não gerando direito de indenizar quando anulada por motivo de ilegalidade, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, assegurada a ampla defesa.

18.5. É facultado ao Pregoeiro (a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.6. Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com as disposições das Leis Federais nº 14.133, de 2021, no que couber.

Carapicuíba, 16 de junho de 2026.

Leydiane Ferreira dos Santos
Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA DO WEBSITE INSTITUCIONAL

1. APRESENTAÇÃO

Com este TERMO DE REFERÊNCIA, a Prefeitura de Carapicuíba, apresenta de forma pública e transparente, os critérios e parâmetros que servirão de base e referência para a contratação de serviços de locação de website. O presente Termo apresenta informações detalhadas a respeito dos serviços que serão objeto de contratação. Ele tem como objetivo a busca de qualidade e excelência na contratação de empresa prestadora de serviço de locação do website da Prefeitura de Carapicuíba, de forma a garantir que os produtos finais atendam às necessidades da Prefeitura.

2. CARACTERÍSTICAS DAS PROPOSTAS

2.1 As propostas devem descrever clara e detalhadamente tudo que será oferecido no site, de acordo com o solicitado neste termo, detalhada forma que não haja dúvidas sobre a funcionalidade, a acessibilidade e a disposição do Website da Prefeitura de Carapicuíba.

2.2 A linguagem e os conceitos utilizados nas propostas devem ser de fácil entendimento. Havendo a necessidade do uso de termos técnicos, estes deverão ser explicados para evitar qualquer dificuldade de interpretação por ambas as partes.

3. DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES A SEREM INCLUÍDAS NA HABILITAÇÃO

3.1 Currículo de formação do responsável técnico na criação do Website.

3.2 Informação de pelo menos 3 links de trabalhos já realizados, de preferência de clientes conceituados.

4. PROVA DE CONCEITO

4.1 Como condição indispensável para a continuidade da contratação, a empresa vencedora deverá agendar, através do e-mail helpdesk.ti@carapicuiiba.sp.gov.br, a apresentação de Prova de Conceito funcional, podendo ser presencial ou de modo remoto/virtual, da ferramenta de gerenciamento de conteúdo, não sendo penalizado quanto aos itens passíveis de desenvolvimento, refletindo as funcionalidades previstas no escopo do projeto.

4.2 A contratada deverá atender no mínimo 95% dos itens, da Prova de Conceito, descritos na tabela abaixo:

Item	1 ESTRUTURA DO SITE	Atende (A)	Não Atende (NA)
1.1	Possui formulário para cadastro de pessoas interessadas em		

	adoção de cães e gatos? (passível de desenvolvimento)		
1.2	Possui formulário para cadastro de pessoas desaparecidas? (obrigatório)		
1.3	Possui configuração de rodapé e redessociais?		
1.4	O sistema é compatível com a estrutura atual do site da Prefeitura em suas categorias e funcionalidades de hospedagem ? (passível de desenvolvimento)		
1.5	A solução proporciona condições iniciais básicas de plataformas de gerenciamento de conteúdo para manter e/ou aprimorar os módulos já existentes (Secretarias, Notícias, Licitações, Ouvidoria, Agendamento, Transparência, entre outros), preservando o histórico de dados e a navegabilidade atual, sem perda de informações? (obrigatório)		
1.6	O sistema assegura o desempenho estável e seguro, com suporte a conexões HTTPS, backup automático, controle de logs e proteção contra falhas, garantindo integridade e disponibilidade contínua do portal? (passível de desenvolvimento)		
1.7	A proposta contempla a migração completa e compatível dos dados existentes (notícias, eventos, legislações, hotspots, cadastros de usuários e demais módulos), sem prejuízo de conteúdo, formato ou funcionalidades originais? (passível de desenvolvimento)		
1.8	O sistema permite a criação de categorias para separar departamentos, setores, órgãos e etc? (obrigatório)		
1.9	O sistema permite criação de categorias para separar a modalidade de licitação? (obrigatório)		
1.10	É possível categorizar e filtrar documentos criados na galeria de vídeos? (passível de desenvolvimento)		
1.11	É possível a definição de tipos de agendamento, definição de locais, envio de e-mail de confirmação e possibilidade de cancelamento? (passível de desenvolvimento)		
1.12	É possível a criação de formulário Dinâmicos (com inclusão de texto dinâmico programável do e-mail de confirmação e do e-mail resposta)? (obrigatório)		
1.13	Permite criação de categorias para separar tipos de legislações? (obrigatório)		
1.14	Possui sistema de ouvidoria (sistema de manifestação por formulário, de acordo com o tipo: elogio, reclamação, denúncia, etc -, recebimento de confirmação por email.? (obrigatório)		

1.15	Possui a Criação de Hotsites (criação automática de subdomínio, via painel de gerenciamento, do tipo nomedohotsite.carapicuba.sp.gov.br? (passível de desenvolvimento)		
Item	2 DIÁRIO OFICIAL	Atende (A)	Não Atende (NA)
2.1	O sistema permite geração automática do Diário Oficial Eletrônico, com layout personalizável (logo/brasão independentes no site, app e PDF)? (passível de desenvolvimento)		
2.2	Possibilita assinatura digital automática com certificado A1, A3 garantindo autenticidade das publicações? (passível de desenvolvimento)		
2.3	O sistema permite pesquisa avançada por termos, assuntos, entidades e datas em todas as edições? (passível de desenvolvimento)		
2.4	O sistema permite visualização preview da edição antes da sua publicação? (passível de desenvolvimento)		
2.5	Possui domínio próprio no formato diário. [domínio] e disponibiliza versão mobile compatível com sistemas Android e IOS sem a necessidade de aplicativos de terceiros para busca e leitura de edições? (passível de desenvolvimento)		
2.6	O sistema permite a definição do horário de geração das edições e extras, com possibilidade de múltiplas edições e agendamentos no mesmo dia? (passível de desenvolvimento)		
2.7	Permite acriação de múltiplos usuários com permissões específicas e controle de aprovação das publicações? (passível de desenvolvimento)		
2.8	A plataforma permite adição de documentos completos (cadernos) à edição, com escolha do formato da página (retrato ou paisagem)? (passível de desenvolvimento)		
2.9	Possui layout customizável (cores, cabeçalho, rodapé e capa personalizados), incluindo logomarca e variáveis automáticas (data, nº da edição etc)? (passível de desenvolvimento)		
2.10	Suporta controle de edições extras , com numeração sequencial ou sufixo configurável (letra ou número romano)? (passível de desenvolvimento)		
2.11	Permite edição, publicação e compartilhamento de conteúdos com processo simples e automático de formatação? (passível de desenvolvimento)		

Item	3 “HELP DESK ONLINE ”	Atende (A)	Não Atende (NA)
3.1	Foi apresentado canal de atendimento ao consumidor como pagina de help desk ou similares para solução de problemas técnicos e dúvidas de caráter operacional? (obrigatório)		

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DEMAIS INSTRUÇÕES

5.1 O não atendimento de qualquer um dos itens indicados acima (documentos e informações a serem incluídas na proposta) desclassificará automaticamente o proponente.

5.2 As propostas serão analisadas de acordo com documentação enviada, considerando como critério para avaliação o menor preço que atende os requisitos deste certame.

5.3 A empresa vencedora será convidada a assinar contrato de prestação de serviços, desde que tenha cumprido todas as exigências do processo.

6. COMPROMETIMENTO COM OS DADOS DO WEBSITE

6.1 Todas as informações, arquivos e mídias que compõem o website (arquivos de texto, imagens, vídeos, códigos de programação, entre outros), deverão estar a disposição da PREFEITURA DE CARAPICUIBA e sera a ela enviados mediante pedido, a qualquer tempo, inclusive após o encerramento do contrato. Neste caso, não havendo renovação, a contratada deverá mesmo assim manter os dados a disposição da PREFEITURA DE CARAPICUIBA por mais três meses após o término da vigência contratual, devendo automaticamente se desfazer deles após este período.

6.2 A contratada se compromete a prestar total esclarecimento no tocante à localização das informações nos arquivos de seu website. A PREFEITURA DE CARAPICUIBA se compromete em utilizar os arquivos enviados pela contratada unicamente para fins de extração das informações, em hipótese alguma fará a republicação dos itens para uso comum em respeito aos direitos autorais da contratada.

6.3 O contrato deverá ser no mínimo pelo tempo de 36 meses. A empresa contratada deverá incluir na proposta um pacote de hospedagem do domínio com pelo menos 500 (quinhentas) até 1000 (mil) contas de e-mails com domínio @carapicuiiba.sp.gov.br e um valor mensal para suporte e manutenção dos serviços pelo tempo de contrato.

7. ESTRUTURA DO SITE ATUAL

7.1 Para fins informativos e de planejamento de migração, o site da PREFEITURA DE CARAPICUÍBA, acessado pelo endereço eletrônico carapicuiiba.sp.gov.br possui a estrutura atual segundo as seguintes características descritas abaixo:

7.1.1. Estrutura do Servidor: Linux, Nginx, Git (versão 2.0 ou superior), acesso sudoers/root ao usuário

7.1.2. Estrutura da Aplicação: Framework Yii 2.0, PHP version 7.4, PostgreSQL version 12, Composer version 2, Curl, PHP Curl Extension, PHP Mail SMTP, Reflection extension, PCRE extension, SPL extension, Ctype extension, MBString extension, OpenSSL extension, Intl extension, Fileinfo extension, DOM extension, PDO extension, PDO PostgreSQL extension, ImageMagick PHP extension e PHP allow url include

7.1.3. Emails: 500 contas de email com total aproximado atual de 2TB sendo ao menos, com 10 contas acima de 30GB, 50 com mais de 15GB e todas as demais com pelo menos 5GB de espaço cada

7.1.4. Hospedagem do site: Servidores AWS, com 200GB de HD, 16GB de memória e 8CPU's

7.2 Módulos atuais do Site

7.2.1. Secretarias

7.2.2. Estrutura Administrativa (criação de categorias para separar departamentos, setores, órgãos, etc)

7.2.3. Entidades

7.2.4. Escolas (criação de categorias para separar tipos de ensino)

7.2.5. Unidades de Saúde

7.2.6. Campanhas (criação de categorias para separar tipos de campanhas)

7.2.7. Serviços (criação de categorias para separar tipos de serviço)

7.2.8. Transparência (criação de categorias para separar documentos por tipo)

7.2.9. Licitação (criação de categorias para separar as modalidades)

7.2.10. Contratações (criação de categorias para separar as modalidades)

7.2.11. Avisos

7.2.12. Eventos

7.2.13. Banners

7.2.14. Notícias

7.2.15. Páginas

7.2.16. Documentos Gerais (criação de categorias para separar tipos de documentos)

7.2.17. Galeria de Fotos

7.2.18. Galeria de Vídeos

7.2.19. Galeria de Áudios

7.2.20. Agendamento (definição de tipos de agendamento, definição de locais sendo que cada local possui suas regras, envio de email de confirmação e possibilidade de cancelamento)

- 7.2.21. Controle de agendamento
- 7.2.22. Contratos (criação de categorias para separar por tipos)
- 7.2.23. Turismo
- 7.2.24. Acesso Rápido
- 7.2.25. Obras
- 7.2.26. Enquetes
- 7.2.27. Legislação (criação de categorias para separar por tipos)
- 7.2.28. Parcerias
- 7.2.29. Menus
- 7.2.30. Adote um PET
- 7.2.31. Desaparecidos
- 7.2.32. Formulários Dinâmicos (com inclusão de texto dinâmico programável do email de confirmação e do email de resposta)
- 7.2.33. Contas de Usuário (usuário que se cadastra no site possui área com espécie de timeline com todos os documentos que já baixou no site)
- 7.2.34. Contas Administrativas
- 7.2.35. Contas da Ouvidoria
- 7.2.36. Sistema Completo de Ouvidoria (sistema de manifestação por formulário, de acordo com o tipo – elogio, reclamação, denúncia, etc -, recebimento de confirmação por email, ouvidor distribui a demanda para a Secretaria, Secretaria responde ao ouvidor, ouvidor responde ao solicitante. Geração de relatórios sendo que via painel de gerenciamento seja possível selecionar o período inicial e final e trazer todas as manifestações com todo o histórico de cada uma delas)
- 7.2.37. Registro mínimo de logs necessários para rastreabilidade e responsabilização
- 7.2.38. Configurações gerais de rodapé e redes sociais
- 7.2.39. Possibilidade de vincular notícias, eventos, legislação, página, galeria de fotos, galeria de vídeos, documentos gerais e menu a este hot site.

8. MÓDULO DIÁRIO OFICIAL

8.10 Diário Oficial Eletrônico já está em funcionamento, permitindo à entidade a publicação de seu próprio diário com regras definidas e layout personalizado. No entanto, serão esperados do novo provedor de serviços alguns ajustes para aprimorar sua estrutura e funcionalidade, incluindo a disponibilização, no sistema, de no mínimo as seguintes características:

8.1.1. Layout com possibilidade de definir o brasão/logo no ambiente web, o brasão/logo no aplicativo e o brasão/logo na edição assinada (PDF) de forma independente

8.1.2. Assinatura digital automática com Certificado do tipo A1

8.1.3. Definição do horário de geração da edição e o horário de geração das edições extras, podendo gerar quantas edições extras forem necessárias

8.1.4. Pesquisa completa por termos, assuntos, entidades e data de qualquer publicação ou edição

8.1.5. Domínio próprio na internet no endereço diario.seudominio

8.1.6. Sistema de busca por edição ou termo inserido dentro de qualquer publicação

8.1.7. Possibilidade de diagramação e formatação das edições de forma automática

8.1.8. Possibilidade de definição de usuários múltiplos com permissões gerenciáveis

8.1.9. Adição de documentos inteiros como cadernos vinculados à edição. O caderno poderá ser inserido definindo se a página onde consta este caderno ficará no formato 'Retrato' ou 'Paisagem'

8.1.10. Compartilhar com qualquer pessoa as edições ou publicação específica

9. Características Mínimas Obrigatórias do Módulo Gestor Diário Oficial

9.1. Permissões

9.1.1. O sistema deverá criar múltiplos usuários com permissão para envio de arquivos e conteúdos para publicação.

9.1.2. O sistema deverá permitir criação de usuário MASTER com rotina de aprovação de arquivos e conteúdos para publicação.

9.1.3. O sistema deve permitir que o usuário MASTER autorize e vincule publicações à uma edição

9.1.4. O sistema deve permitir que o usuário Master possa enviar notificações aos usuários publicadores sob o motivo da recusa da aprovação, caso ocorra.

9.1.5. O sistema deverá disparar email de aviso após o salvamento.

9.1.6. O sistema deve permitir definir horário limite de publicação com alternativa de bloqueio após vencimento.

9.2. Sistema de Buscas

9.2.1. Pesquisar por qualquer termo

9.2.2. Pesquisar por período de tempo (dia/mês/ano)

9.3. Estilizações

9.3.1. Layout customizável em formato paisagem e retrato

9.3.2. Definir cores para o layout

9.3.3. Criar cabeçalho, rodapé e capa personalizados para todas as edições assinadas

9.3.4. Incluir logomarcas e brasão na capa e cabeçalho

9.3.5. Definir a fonte da edição

9.3.6. Utilizar nos cabeçalhos variáveis do sistema como número da edição, página, data, instituição.

9.4. Publicações

9.4.1. Definir a ordem de publicação por Instituição e Secretaria

9.4.2. Criar tabelas para listagem de nomes e numerais dentro da publicação

9.4.3. Possibilidade de inserir imagens à publicação.

9.4.4. Vincular documentos PDF à publicação recomendável formato de Caderno

9.4.5. Função de imprimir a publicação

9.4.6. Função de compartilhar a publicação

9.4.7. Função de enviar a publicação por e-mail

9.4.8. Inserir colunas de texto na publicação

9.4.9. Usuário padrão só poderá visualizar sua própria publicação (princípio de sigilo aplicado por Secretaria)

9.4.10. Usuário máster poderá visualizar “preview” com palavra ‘Rascunho’ em marca d’água para apreciação anterior à publicação efetiva.

9.5. Edições

9.5.1. Definir o horário padrão de publicação da edição

9.5.2. Definir horário limite em minutos para permitir publicação

9.5.3. Definir data e hora para publicações extraordinárias

9.5.4. Definir a numeração inicial que as edições começam a ser publicadas

9.5.5. Definir se as edições extras possuem numeração sequencial ou não, proporcionando numeração ou algarismos como identificação

9.5.6. Definir agenda de publicação com possibilidade de agendamento prévio.

9.6. Usuários

9.6.1. Definir diferentes níveis de permissão por usuário

9.6.2. Possibilidade o vínculo do usuário a uma ou mais entidades e secretarias

9.6.3. Condição de definir usuário Master para aprovação das publicações

9.7. Gerais

9.7.1. Cadastrar Instituições e Secretarias podendo vincular Secretaria com a Instituição ao qual esta poderá publicar

10. PRAZO PARA A ENTREGA DO WEBSITE

O trabalho deverá ser concluído e o Site deverá estar em pleno funcionamento na Web,

Pregão Eletrônico nº 20/2026- Processo Administrativo nº. 2652/2026

licitacoes@carapicuiiba.sp.gov.br | (11) 4164-5500 - R. 5442
Rua Joaquim das Neves, nº 211 - Vila Caldas, Carapicuíba – SP| CEP: 06310-030 Brasil.

com seus novos módulos e adições no máximo até 60 dias após a assinatura do contrato.

11. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação (Software como Serviço - SaaS) de Plataforma de Portal Institucional para a Prefeitura de Carapicuíba, incluindo sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS), módulo de Diário Oficial Eletrônico, englobando os serviços de migração de dados do ambiente legado, hospedagem em nuvem de alta disponibilidade, suporte técnico, treinamento de pessoal e manutenção corretiva e evolutiva, conforme especificações descritas neste Termo de Referência."

11.1. LOCAÇÃO DE FERRAMENTA DE GERENCIAMENTO DE CONTEÚDO:

Consistena cessão de uso por locação, de uma ferramenta para criação e gerenciamento do Website Institucional Oficial da PREFEITURA DE CARAPICUIBA;

11.2. CONFIGURAÇÃO INICIAL:

Consiste em personalizar o portal com os símbolos, fotos e cores da PREFEITURA DE CARAPICUIBA, hospedagem e configurar e/ou viabilizar a configuração do domínio (que deverá ser www.carapicuiiba.sp.gov.br no servidor onde será hospedado o portal. A agência candidata, deverá descrever na proposta o serviço de hospedagem e manutenções mediante mensalidades fixas pelo tempo de contrato. Deverá ser informado o valor das mensalidades que contemplarão a hospedagem e manutenção, bem como o reajuste anual, se houver.

11.3. PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO:

No que tange o tempo de manutenção e hospedagem do Website, o contrato será no prazo mínimo de 36 (trinta e seis meses) podendo ser renovado ou não através de avaliação da PREFEITURA DE CARAPICUIBA, por escrito, nos últimos 90 dias do contrato.

11.4. TREINAMENTO E ASSESSORIA NA IMPLANTAÇÃO:

Treinamento, no mínimo de 20 horas, objetivando a capacitação dos usuários para operar o sistema e potencializar a utilização dos recursos do mesmo; e assessoria na implantação quando da inserção das informações da PREFEITURA DE CARAPICUIBA e a realização dos primeiros procedimentos de implantação do Website;

11.5. ATUALIZAÇÃO TÉCNICA:

Novas funcionalidades e atualizações poderão ser disponibilizadas gratuitamente pela contratada, a seu critério, visando atender melhorias e serviços.

11.6. SUPORTE REMOTO:

Compreende serviços de consultoria via telefone, e-mail e HELP DESK Online, no horário compreendido das 8h às 17h em dias úteis, para solução de problemas técnicos e solução

de dúvidas de caráter operacional dos usuários do sistema;

11.7. HOSPEDAGEM DO SISTEMA:

A hospedagem do website é de responsabilidade da contratada e deverá prover todas as condições necessárias para o perfeito funcionamento do mesmo. Isto inclui medidas de segurança como firewall e backups dos dados. Além disto, não deve haver restrições de espaço para armazenamento dos dados e muito menos de acessos simultâneos que venham a prejudicar o bom funcionamento do website. O backup das informações deve ser realizado diariamente, permitindo que haja restauração das informações para até três dias. A contratada deverá oferecer conta(s) de acesso ftp para a PREFEITURA DE CARAPICUIBA acessar os arquivos do site caso esta venha a solicitar. Caso a PREFEITURA DE CARAPICUIBA em algum momento necessite fazer a hospedagem em outro local, a contratada deverá cooperar e auxiliar prestando total suporte em tal procedimento.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE

12.1. O presente contrato terá sua vigência iniciada a partir do recebimento da ordem de início, permanecendo em vigor por 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado conforme Lei vigente.

12.1.1. O preço ofertado será fixo e irrevogável durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser reajustado, após 12 (doze) meses pela variação do índice IPCA, do período apurado.

ANEXO A

1-CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO WEBSITE

O Website da PREFEITURA DE CARAPICUIBA deverá estar fornecido de acordo com as características e tecnologias (mínimas) abaixo relacionadas:

- O portal deverá ser plenamente compatível com os padrões Web e tecnologias estruturais modernas: PHP, JavaScript (ES6+), HTML5, CSS3, e possuir total responsividade adaptável a dispositivos móveis, com renderização homologada nos navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge e Apple Safari, nas versões de mercado vigentes e sob suporte dos fabricantes.

- Gestão Search Engine Optimization (SEO): O Portal deverá conter funcionalidades para que os sites de busca encontrem-no com facilidade, de acordo com as palavras pesquisadas pelo internauta (Atenção especial para o Google).

- URL´s amigáveis: será possível alterar a terminação da página em qualquer conteúdo do site.

- Ser customizável para alterações e criação de novos Menus e Submenus, Banners, Páginas para ocasiões especiais, fotos, links, vídeos, dentre outros, integrando um gerenciador de conteúdos que permite a qualquer pessoa atualizar os principais conteúdos, como textos, imagens, fotos e vídeos, dispensando a assistência de terceiros ou empresas especializadas, não tendo custo para manutenções de rotina.

- Ter um alto padrão de qualidade sendo fácil e intuitivo para os usuários e ao mesmo tempo agradável e visualmente atraente.

- Ser um site planejado e estruturado, pensando em plena usabilidade, navegabilidade e acessibilidade dos usuários através dos padrões WebStandards/W3C;

- Facilitar a gestão do conteúdo divulgado pela PREFEITURA DE CARAPICUIBA.

- Ser de acesso fácil, simples e rápido.

- Ser integrado com as principais redes sociais: Facebook, Instagram, Twitter, Youtube e Google+, sendo feito no período inicial de treinamento e implantação.

- Suportar conteúdo multimídia (texto, imagem, som e vídeo) oferecendo galerias de vídeos e de fotos onde for necessário e extensões específicas: JPG, PNG, PDF, MP3, MP4. Bem como embed-code do Youtube.

- Menu superior do site fixo com as ferramentas, menus e links mais relevantes para o usuário.

- Link de acesso ao site da prefeitura de Carapicuíba, direto ao menu TRANSPARÊNCIA.

- Apresentar página principal de forma objetiva, curta e direta, fornecendo ligações (links) com o detalhamento dos conteúdos.
- Possibilitar que, em qualquer ponto do website, seja possível retornar a página principal e para o topo da página em apenas um click.

2 – CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO WEBSITE

O website deverá atender as características a seguir descritas:

Na página principal:

• Menus

TOP Menu: Localizado na parte superior do site, de forma fixa deverá inicialmente conter : data atual, caixa de pesquisa, Botão para página inicial, links para: Mapa do site, fale conosco e ouvidoria.

Menu Direito: Localizado também na parte superior do site, deverá inicialmente conter Links: Prefeituras Conveniadas, Secretarias e Órgãos, Licitações, todos com suas raízes de menus em todos os níveis, se houver.

Main Menu: Principal menu do site, a disposição de conteúdo deverá ser de pelo menos três níveis, contendo em seu primeiro nível os seguintes perfis: Notícias, Cidadão, Empreendedor, Turista, Servidor. (o conteúdo desses links deverá ser gerado em conjunto com a PREFEITURA DE CARAPICUIBA)

- **Banners Principais Rotativos:** Conter um painel eletrônico de conteúdo dinâmico, estrategicamente dimensionado e posicionado, tornando-o visualmente atrativo, poderá ser desenvolvido em qualquer linguagem, com exceção da plataforma Flash. Este painel deve exibir banners (imagens) de informações destaques. Estas imagens serão exibidas de forma alternativa entre si, alternando a exibição automaticamente em alguns segundos, ou através da seleção do internauta. Ainda, ao clicar em cima da imagem, o portal deve ser capaz de abrir um link com informações a respeito do banner clicado. Toda a gestão (inserção, remoção, atualização) dos banners destaques e links de destino deverá ser possível de ser realizada, facilmente, pelos usuários responsáveis por estas informações na PREFEITURA DE CARAPICUIBA. O design dos banners deverá ser oferecido pelo prestador de serviço.

- **2 Banners Secundários Fixos na parte Superior:** Imagem com link com gerenciador interno.

- **Notícias:** Devem ser apresentadas as notícias mais recentes da PREFEITURA DE CARAPICUIBA, exibindo sua categoria de notícia (podendo ser mais de uma) em 3 diferentes níveis de destaque: 1 – Destaque Principal (Foto e títulos maiores), 2 – Sub-destaque (Fotos e títulos menores que o Destaque Principal, 3 - Normal. Isso poderá ser através de um feed de blog – tecnologia wordpress ou similares.

- Ao clicar na notícia, o portal deverá exibir seu conteúdo, acompanhado de uma galeria de mídias (fotos e vídeos) relacionados ao assunto – se houver. Toda a gestão do conteúdo e das notícias (inserção, remoção, atualização, categorias), bem como das mídias a ela relacionadas deverá ser possível de fazer através do gerenciador de conteúdo. É importante salientar que o mesmo deverá dispor de um editor para a criação das notícias, permitindo, de forma simples e fácil, a inserção de imagens em qualquer parte do texto com todas as operações básicas de um editor, dentre elas: alinhamento de texto, alteração de tipo, tamanho e cor da fonte, operações de negrito, itálico, sublinhado, entre outras. O editor deverá suportar a edição, através de seleção, em HTML também.

- **Banners:** Deve permitir a disposição de um conjunto de banners informativos. Toda a disposição e gerenciamento destes banners deve ser possível de realizar facilmente pelo gerenciador de conteúdo.

- **Enquetes:** Deve trabalhar com enquetes, apresentado-as com opções para votar e acompanhar os resultados, bem como compartilhamento nas redes sociais. O gerenciador deve permitir a inserção, remoção e o completo gerenciamento e análise das enquetes. As enquetes poderão ser feitas através do Facebook.

- **Pesquisa:** Uma plataforma de pesquisa bem elaborada que consiga procurar dentro de todo o site, exibindo os resultados em raízes, desde palavras chaves, títulos e palavras dentro do texto. A pesquisa deve ser dividida em simples e avançada, com ferramenta de filtro de datas e categorias do conteúdo e notícias.

- **Vídeos:** espaço para adicionar vídeos pequenos, tanto código embed do youtube quanto enviado diretamente do navegador (mp4, wmv, mpg).

- **Link Portal da Transparência:** Criar um link que remeta ao site da Prefeitura de Carapicuíba direto ao menu Portal da Transparência

No menu PREFEITURA DE CARAPICUÍBA:

- Deve expor informações sobre a PREFEITURA DE CARAPICUÍBA, como – Gabinete do Prefeito, Secretarias Municipais, etc.

No menu SERVIÇOS:

- Deve apresentar informações referente – IPTU, etc.

No menu PÚBLICAÇÕES:

- Deve apresentar Resoluções, Leis, Atas e Outros.

No menu LEGISLAÇÃO:

Deve conter Leis, Decretos, Normas, Resoluções e Outros.

No menu OUVIDORIA:

Deve conter informações sobre o que é, objetivo, o que a ouvidoria proporciona e como funciona: Criar um Link com um formulário para Cadastrar Manifestações e um link

para Consultar Manifestações.

No menu CONTATO: Deve conter informações como: Endereço, Telefone, Email e um mapa com a localização.

3 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GERENCIADOR DE CONTEÚDO

O gerenciador de conteúdo do website deve ser capaz de tornar todo o processo de criação e edição totalmente gerenciável pelos usuários da PREFEITURA DE CARAPICUÍBA, responsáveis pela gestão dos conteúdos.

Dentre os requisitos gerais, deve permitir o gerenciamento completo dos menus do site, permitindo a inclusão e exclusão de menus e submenus, além de alteração de nomes/títulos, links, ordem de visualização, conteúdo e qualquer informação a eles relacionados.

Deve conter um editor HTML, através da própria ferramenta, que possibilite a criação e edição do conteúdo do próprio website (conteúdo dos menus, notícias, e todos os demais). Este editor deve ser totalmente gráfico, ou seja, deve permitir que o usuário crie e formate seu texto como se estivesse em um editor de textos, utilizando-se de botões e menus, sem a necessidade de digitar tags html e afins para a formatação do conteúdo. O editor deve conter, no mínimo, opções como alinhamento de texto, alteração de tipo, tamanho e cor da fonte, operações de negrito, itálico, sublinhado, inserção de imagens e conteúdo html, alinhamento (à esquerda, à direita, centralizado ou justificado) e redimensionamento de imagens, criação de links, upload de arquivos a serem referenciados pelo conteúdo, itemização, entre outros. Tudo permitindo a visualização do resultado (preview) durante o processo de edição. Tendo como opção sempre: Salvar, Publicar, Salvar & Publicar. Ao salvar o conteúdo, deve-se salvar internamente o conteúdo, e somente clicando em Publicar, torna o conteúdo imediatamente acessível para o front-end do website (segundo permissão de nível de usuário).

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Responsável (eis) pelo Planejamento

Priscilla Gonçalves dos Santos – Auxiliar Administrativo

Luís Augusto Borsoe – Secretário da Administração Geral

I – Descrição da necessidade da contratação

Locação de Website Institucional da PREFEITURA DE CARAPICUIBA, composto por Web Site com conteúdo dinâmico e administrável, visando demonstrar aos visitantes informações sobre a Regulação e Fiscalização da Agência em sua área de atuação, além de criar um canal mais próximo para levar informações aos Cidadãos, conforme especificações detalhadas descritas no Termo de Referência e ANEXO I, objetivando a criação e o gerenciamento do Website Institucional Oficial da PREFEITURA DE CARAPICUIBA, compreendendo os seguintes serviços:

II – Previsão no PCA:

O município de Carapicuíba possui Plano de Contratações Anual regulamentado e publicado <https://www.carapicuiiba.sp.gov.br/servico/view/219/plano-de-contratacoes-anual-2026>.

III – Descrição dos Requisitos da Contratação

As propostas devem descrever clara e detalhadamente tudo que será oferecido no site, de acordo com o solicitado neste termo, de tal forma que não haja dúvidas sobre a funcionalidade, a acessibilidade e a disposição do Website da PREFEITURA DE CARAPICUIBA.

A linguagem e os conceitos utilizados nas propostas devem ser de fácil entendimento. Havendo a necessidade do uso de termos técnicos, e estes deverão ser explicados para evitar qualquer dificuldade de interpretação por ambas às partes.

Todas as características básicas e estruturais encontram-se definidas no Termo de Referência e Anexo I.

IV - Levantamento de mercado

O levantamento de mercado e estimativa de valor será realizado por meio do Departamento de Compras e Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda.

V - Descrição da solução como um todo

A solução escolhida é a que se mostrou mais favorável, uma vez que o órgão não dispõe de profissionais qualificados para a instalação, configuração, manutenção e suporte do equipamento.

Também deve se levar em conta que a solução atualmente em uso adota o mesmo padrão, sendo uma locação de equipamento, e que esta solução em uso tem atendido as expectativas do órgão.

VI - Estimativa das quantidades a serem contratadas

A quantidade estimada para a contratação foi obtida com base na contratação atual com adequações e melhorias, com a finalidade de inserir novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem, levando em consideração as necessidades atuais.

VII - Estimativa do valor da contratação

Foram realizadas pesquisas de preços com empresas, que atendiam os padrões de desempenho e qualidade que estão objetivamente definidos no termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado.

VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução (se aplicável).

A solução poderá ou não ser parcelada em acordo com a necessidade da administração, conforme apuração feita por meio do processo de licitação.

IX - Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes necessárias para o objeto proposto.

X - Resultados pretendidos

Demonstrar aos visitantes informações sobre a Regulação e Fiscalização da Agência em sua área de atuação, além de criar um canal mais próximo para levar informações aos Cidadãos.

Ter um alto padrão de qualidade sendo fácil e intuitivo para os usuários e ao mesmo tempo agradável e visualmente atraente.

Ser um site planejado e estruturado, pensando sempre na usabilidade, navegabilidade e acessibilidade dos usuários.

Facilitar a gestão do conteúdo divulgado pela PREFEITURA DE CARAPICUIBA.

Ser de acesso fácil, simples e rápido.

XI - Providências a serem adotadas

Não se aplica.

XII - Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica.

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

A contratação se mostrou viável a partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos

ANEXO III

QUANTITATIVO E ORÇAMENTO ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VL. MENSAL.	VL. ANUAL 12 MESES	VL. TOTAL 36 MESES
1	Contratação de empresa prestadora de serviço de locação do website da Prefeitura de Carapicuíba, conforme termo de referência.	Srv	1	R\$17.600,00	R\$ 211.200,00	R\$ 633.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 633.600,00

VALOR TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO PELO PERÍODO DE 36 MESES – R\$ 633.600,00 – (Seiscentos e trinta e três mil e seiscentos reais)

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONJUNTA

À
Prefeitura de Carapicuíba
Pregão Eletrônico nº. 20/2026
Processo nº. 2652/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DO WEBSITE DA PREFEITURA DE CARAPICUÍBA.

A empresa , inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº , por intermédio do seu representante legal, o Sr(a) portador(a) da Carteira de identidade nº e CPF nº , DECLARA,

- a)** Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b)** Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso V, do art. 68, da Lei 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999;
- c)** Cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme orientado pelo art. 92, inciso XVII da Lei 14.133, de 2021;
- d)** Não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública de Carapicuíba e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.

- e)** Não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- f)** Está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- g)** É responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico ou presencialmente, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Por ser verdade, firma o presente.

.....de.....de.....2026.

Representante legal do licitante

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA

À
Prefeitura de Carapicuíba
Pregão Eletrônico nº. 20/2026
Processo nº. 2652/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DO WEBSITE DA PREFEITURA DE CARAPICUÍBA.

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., inscrição estadual nº, estabelecida à Av./Rua, nº, bairro, na cidade de, telefone, fax, vem pela presente apresentar abaixo sua proposta de preços para a **contratação de empresa prestadora de serviço de locação do website da Prefeitura de Carapicuíba**, de acordo com as exigências do presente edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VL. MENSAL.	VL. ANUAL 12 MESES	VL. TOTAL 36 MESES
1	Contratação de empresa prestadora de serviço de locação do website da Prefeitura de Carapicuíba, conforme termo de referência.	Srv	1	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
VALOR TOTAL						R\$ XX,XX

VALOR TOTAL DA PROPOSTA PARA 36 MESES R\$....., (por extenso).

1- Os preços ofertados têm como referência o prazo para pagamento de até 30 (trinta) dias, contados da prestação de serviço, pela unidade recebedora. Nos preços estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas e todas as demais despesas que por ventura possam recair sobre a prestação de serviço.

2- O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da abertura do envelope "PROPOSTA".

3- Apresentamos, nossos dados bancários:

NOME DO BANCO.....Nº.....

Prefeitura de Carapicuíba
Secretaria da Fazenda
Departamento de Licitações e Compras



**CIDADE DE
CARAPICUÍBA**

NOME DA AGÊNCIA.....Nº.....
NÚMERO DA CONTA.....

Nome e Cargo

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Local, _____ de _____ de 2026.

(assinatura do responsável pela empresa)

Nome–Cargo

ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO

INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026

PREGÃO ELETRONICO Nº. 20/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2652/2026

SECRETARIA GESTORA: Secretaria de Administração Geral

Contrato de prestação de serviço contínuo que entre si celebram a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA e a Empresa na forma abaixo:

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 44.892.693/0001-40, sito Rua Joaquim das Neves nº. 211 - Vila Caldas- Carapicuíba- SP, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. José Roberto da Silva, portador do RG nº. 15.256.945-5 e CPF nº. 015.146.358-10 e pelo Secretário de Administração Geral, Sr. _____, portador do RG nº _____ e do CPF _____ .

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, estabelecida à, Estado de....., na cidade de....., legalmente aqui representada na forma de seu Contrato Social e alterações subseqüente e pelo Senhor,,, portador da cédula de identidade RG nº e do CPF/MF nº.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa prestadora de serviço de locação do website da Prefeitura de Carapicuíba**, nas especificações e na documentação, através do edital do Pregão supra.

1.2 Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – ANEXO I e ANEXO A, parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. A licitante deverá concluir o site, conforme ANEXO I e ANEXO A, devendo estar em pleno funcionamento na Web, com seus novos módulos e adições no máximo até 60 dias após recebimento da ordem de início.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTES

3.1. O prazo de execução do contrato terá duração de 36 (trinta e seis) meses a partir de recebimento da ordem de serviço.

3.2. O preço ofertado será fixo e irrevogável durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser reajustado, após 12 (doze) meses pela variação do índice IPCA, do período apurado.

CLÁUSULA QUARTA DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor anual da presente contratação para 12 (doze) meses será de R\$ _____ (_____) e para o período de 36 (trinta e seis) meses será de R\$ _____ (_____), conforme proposta anexa.

4.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3. As despesas serão suportadas com os recursos classificados nas dotações orçamentárias - **SAG nº: 94** - 06.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.39.01.1100000- (elemento 39 – serviços de terceiro).

CLÁUSULA QUINTA DA CONDIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Executar os serviços de acordo com a proposta oferecida e com as normas e condições previstas no edital de origem, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

5.2. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, os requisitos de habilitação exigidos no edital de origem.

5.3. Responsabilizar-se pelo uso devido dos documentos, materiais e equipamentos eventualmente colocados sob sua guarda pela CONTRATANTE.

- 5.4.** Manter completo sigilo sobre as informações que lhe forem confiadas, não podendo cedê-las a terceiros, sob nenhum pretexto, comprometendo-se, por seus empregados e prepostos, a tê-las sob sua guarda.
- 5.5.** Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, durante toda sua vigência do contrato.
- 5.6.** Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência da CONTRATANTE.
- 5.7.** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura;
- 5.8.** Responder, integralmente, por perdas e danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 5.9.** Efetuar todas as adequações às necessidades específicas de cada Departamento, como inclusão e exclusão de campos, relatórios e outras funcionalidades, desde que haja viabilidade técnica e as alterações propostas não modifiquem substancialmente a estrutura do programa.
- 5.10.** A CONTRATADA não será responsabilizada por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES

- 6.1.** Constituem obrigações da CONTRATADA;
- 6.2.** Cumprir dentro, dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas;
- 6.3.** Atender à solicitação feita pela Secretaria de Administração Geral, nos prazos estipulados, a contar da data de expedição da Ordem do Serviço.
- 6.4.** Responsabilizar-se pelo transporte, de seu estabelecimento até o local determinado, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 6.5.** Substituir imediatamente, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratual em que se verificarem defeitos, quebra, vícios, adulterações ou incorreções.

6.6. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supra mencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pela Prefeitura do Município de Carapicuíba.

6.7. Responsabilizar-se pelos danos causados ao Município de Carapicuíba ou a terceiros, por ato de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

7.2. Der causa à inexecução parcial do contrato;

7.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.4. Der causa à inexecução total do contrato;

7.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.6. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato,

7.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.9. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.10. Advertência, quando a contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicadas ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas aos subitens 7.2, 7.3, 7.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar

e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

7.12. O atraso na entrega do objeto da licitação sujeitará a Contratada à multa de moradia de 0,5% (meio por cento) do valor da parcela em atraso, por dia, até o 15º (décimo quinto) dias de atraso, após será considerada inexecução parcial do contrato.

7.13. O não atendimento e observância dos serviços solicitados pela Administração, ou ainda a não realização do serviço ou desacordo com as especificações constante do edital ou em níveis de qualidade inferior ao especificado no contrato sujeitará a Contratada a multa no valor de 10 (dez por cento) do valor constante da Ordem de Serviço, sem prejuízo da complementação de quantidades e/ou substituição do material, e demais sanções aplicáveis.

7.14. Nos casos de reincidência em inadimplemento apenados por 03 (três) vezes no mesmo instrumento contratual ou de ato jurídico análogo, bem como as faltas graves de impliquem a rescisão unilateral do contrato ou instrumento equivalente sujeitará a Contratada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Prefeitura, pelo prazo de até 03 (três) anos.

7.15. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com as sanções de multa.

7.16. Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado ao particular o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.

7.17. As multas são independentes e não eximem a Contratada da plena execução do objeto do contrato.

7.18. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas, serão regidas pela Lei nº 14.133, de 2021 e alterações subsequentes.

7.19. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

7.20. O prazo para pagamento de multas será de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO

8.1. Operar-se-á de pleno direito à rescisão de contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades previstas na cláusula **Pregão Eletrônico nº 20/2026 - Processo Administrativo nº. 2652/2026**

anterior, quando ocorrerem às hipóteses e numeradas na 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA REGIME LEGAL E CLÁUSULAS COMPLEMENTARES

9.1. O presente contrato rege-se, basicamente, pelas normas substanciais da Lei 14.133/2021 e suas modificações supervenientes, complementando suas cláusulas, pelas normas contratuais constantes no Edital do **Pregão Eletrônico supra** que fazem parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA DA ALTERAÇÃO

10.1 O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos nos art. 124 da Lei 14.133/2021, por meio de termo aditivo, devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA DOCUMENTAÇÃO

11.1 A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução do contrato, em observância as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital deste processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

13.1. O foro do presente instrumento é o desta Comarca de Carapicuíba/SP, com expressa renúncia a qualquer outro que tenham ou venha ter as partes contratantes, por privilegiados que possa ser.

13.2. E por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, que também o leram e assinam, para fins de direito.

Carapicuíba,.....de de 2026.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA

José Roberto da Silva – Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA

Secretaria de Administração Geral

CONTRATADA

Testemunhas

Nome: _____ Nome: _____
RG: _____ RG: _____

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06 E ART. 4º DA LEI 14.133/21

À

Prefeitura de Carapicuíba
Pregão Eletrônico nº. 20/2026
Processo nº. 2652/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DO WEBSITE DA PREFEITURA DE CARAPICUÍBA.

A _____ (nome da licitante) _____, empresa de pequeno porte por seu representante legal (doc. anexo), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, declara para os devidos fins de direito que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa e empresa de pequeno porte, e pretende ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, bem como ter assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para comprovação da regularidade fiscal caso haja alguma restrição, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações.

Declara ainda, que não está enquadrada em nenhuma hipótese do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, e não tem contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.

(Local) _____, _____ (data)

(Assinatura do Representante Legal)

ANEXO VIII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e



avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.